

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 46 - 2 de dezembro de 2019



FOTO: FNP

PETROBRAS SEGUE ATAQUES, AGORA NA PLR E TABELA DE TURNO

RH se nega a estabelecer um debate democrático sobre os temas

Durante reunião de negociação nesta sexta-feira (29), a gestão de RH da Petrobrás apresentou um novo regramento para o pagamento de PLR, bem abaixo do apresentado em 2018 e que na prática extingue a PLR, abandona toda construção histórica sobre o tema, divide a força de trabalho (excluindo os que possuem função gratificada) e desatrela seu valor do Lucro Líquido da companhia, estabelecendo um teto de uma remuneração por empregado.

Diante disso, a FNP defendeu o resgate do que já existe acumulado sobre o tema (relação piso/teto, atrelamento ao lucro líquido, etc.) e se comprometeu a enviar uma contra-

proposta para a empresa.

Sobre a tabela de turno, a empresa se negou a estabelecer um prazo para a consulta a base, encerrou as negociações e definiu que irá iniciar a votação das novas tabelas a partir do dia 7 de dezembro. A empresa também não se posicionou quanto a apresentar solução para o possível passivo trabalhista que o tema pode gerar.

Ainda na mesa de negociação, a FNP ressaltou a importância dos trabalhadores participarem do processo de construção ou alteração de qualquer tabela, principalmente aqueles atingidos pelo efeito da implantação da nova tabela de turno, uma vez que o trabalho de turno é penoso,

sobretudo, realizado em condições insalubres e perigosas, muitas vezes afeta até as condições de saúde mental do operário.

Nesse contexto, vale lembrar que nas últimas negociações, em todas as mesas, a direção da Petrobrás não abriu espaço para debate, muito menos estabeleceu um processo de negociação digno do nome.

Depende da direção da empresa, então, mudar seu posicionamento para que o debate sobre as tabelas de turno seja feito democraticamente, com a participação da categoria.

(* Fonte: site da Federação Nacional dos Petroleiros - FNP)



NOVO PED DO PPSP - ASSEMBLEIAS

2 de dezembro (segunda-feira), 17h - Sede do Sindipetro PA/AM/MA/AP em Manaus (AM)

3 de dezembro (terça-feira), 18h - Urucu (AM)

4 de dezembro (quarta-feira), 5h - Aeroporto de Manaus (AM)

5 de dezembro (quinta-feira), 9h30 - Belém (PA): Hotel Sagres - Av. Gov. José Malcher, 2927 - São Brás

5 de dezembro (quinta-feira), 10h - São Luís (MA): AMAP - Av. Hum, lote 7, quadra 9 - Itapiracó

ELEIÇÕES SINDICAIS CONFIRMAM CHAPA ÚNICA

Na última sexta-feira (29) a Comissão Eleitoral se reuniu para apurar os votos do pleito para a gestão 2020-2023 da Direção Colegiada do Sindipetro PA/AM/MA/AP.

A votação foi realizada de 18 a 28 de novembro de 2019 em todas as unidades operacionais da base territorial do Sindicato e nas sedes em Manaus (AM) e Belém (PA).

O escrutínio apontou para 483 votos para a chapa única, 10 votos em branco e 22 nulos, totalizando 515 participantes, ante o total de 1.062 associados.

A Comissão divulgou ainda que “os documentos referentes ficarão à disposição dos associados no prazo de cinco dias úteis a contar desta data, sendo que haverá um representante da comissão das 14 às 16h na sede do sindicato [em Manaus (AM)]

para receber qualquer manifestação, e, ao final, caso não haja impugnação no prazo acima mencionado, regulamentado no artigo 52, a referida documentação deverá ser arquivada”.

A direção eleita agradece a participação da categoria e a excelente condução por parte da Comissão Eleitoral presidida pelo companheiro Amaral.

Reforçamos ainda o chamado para seguirmos fortalecendo nossa organização para lutarmos juntos em defesa da categoria e da Petrobras.

A conjuntura de enfrentamento deste governo da ultradireita exigirá de todos/as muito compromisso com o patrimônio construído pela classe trabalhadora brasileira para que não deixemos que Bolsonaro, Mourão, Guedes e Castello Branco cumpram seu plano privatista.

MP DE BOLSONARO APROFUNDA REFORMA TRABALHISTA

Aumento da jornada, trabalho aos domingos sem tratamento especial e até retenção de parte das gorjetas dadas a garçons estão entre as alterações da Medida Provisória 905/2019, que vem sendo chamada de “nova” reforma trabalhista.

A medida do governo Bolsonaro institui o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”. No discurso, seria uma forma de gerar empregos para a população jovem, mas na prática tornará assombroso o cotidiano do trabalhador brasileiro.

A MP de Bolsonaro é um trator contra a classe trabalhadora. Sem debate ou discussão com os principais interessados, a medida revogou 37 pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), além de retirar

trechos de outras 22 leis e decretos relativos a questões trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

Dentre as alterações, está a cobrança previdenciária sobre o seguro-desemprego, a ampliação da possibilidade de trabalho aos domingos (inclusive para professores), o aumento da jornada dos bancários e a permissão da abertura de bancos aos sábados.

As mudanças não param por aí. A MP deixa de considerar acidente de trabalho aquele ocorrido no trajeto entre a casa e o trabalho, além de pôr fim à obrigatoriedade de registro para jornalista, arquivista e arqueólogo, dentre outras profissões.

Há até mesmo a permissão de retenção pelo patrão de um terço das gorjetas pagas a garçons.

EDITORIAL

O FOGO E A ELITE AMAZÔNICA

A escalada de queimadas que assolou a Amazônia este ano ganhou um novo capítulo repleto de absurdos: a Polícia Civil deflagrou operação em Santarém (PA), resultando na prisão de quatro brigadistas conhecidos como “guardiões da floresta” da ONG Brigada de Alter do Chão. Sem a menor evidência de culpa dos brigadistas, o inquérito é um paradoxo: num estado imerso em conflitos fundiários, com madeireiros, fazendeiros e grileiros cometendo crimes de toda ordem, alguém acredita que os culpados são quatro ambientalistas?

Os incêndios se alastraram pela Área de Proteção Ambiental (APA) Alter do Chão em setembro deste ano. O fogo se espalhou, consumindo uma grande área de mata nativa. Nas redes sociais, rapidamente correram imagens dos incêndios destruindo a mata, que fica às margens de uma das mais belas praias de água doce do Brasil, com importância ambiental, cultural e econômica para a comunidade que vive do turismo.

No dia 26/11, os brigadistas foram presos sob suspeitas de “atear fogo em parte da vegetação da APA Alter do Chão”, alegou a polícia civil. Mas a prisão não refletia a realidade. Movimentos sociais do Brasil e do exterior reagiram à arbitrariedade. Na imprensa, jornalistas apontaram as mentiras e inconsistências da Polícia Civil e da Justiça ao manter a prisão. Sob pressão, o governador Helder Barbalho (MDB) foi obrigado a intervir, pedindo seriedade na apuração sobre os culpados. Os brigadistas, por fim, foram soltos.

O episódio demonstra como a elite na Amazônia age: comete seus crimes e, no final, quer colocar a culpa justamente em quem luta pela região.

O caso de Santarém mostra ainda mais: como o absurdo foi naturalizado. Uma ONG que tem como missão combater incêndios foi descaradamente acusada de destruir a mata. O caso mostra que precisamos estar atentos ao que diz a imprensa e o que diz o governo. Os incêndios em Alter do Chão são fruto da especulação de terras! A nós, cabe a pergunta: nessa festa da destruição, o que resta à população pobre de Santarém?

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR

PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP

GESTÃO 2017-2020 “SÓ COM LUTA SE CONQUISTA – DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER A SOBERANIA DO PAÍS”